



RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DOS EVENTOS	CIDADE/PAÍS
10 de dezembro de 2023	16 de dezembro de 2023	Supreme Audit Institutions and Anti-Corruption Bodies Joining Forces to Counter Corruption e Tenth Session of The Conference of the States Parties to the United Nations Convention Against Corruption	Atlanta, Estados Unidos

RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
United Nations Office on Drugs and Crime - UNODC	[Digite aqui]	Hamilton Caputo Delfino Silva e Flávia Ceccato Rodrigues da Cunha

JUSTIFICATIVA (RESUMO)

A participação do TCU nos eventos em tela revestiu-se de importância estratégica, pois permitiu que a instituição tivesse representantes designados na delegação brasileira que compareceu à Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, possibilitou o conhecimento de boas práticas internacionais voltadas à prevenção e ao combate à corrupção, viabilizou o estreitamento de laços com representantes de outras instituições com experiências de sucesso nessa temática e, ainda, ensinou a participação no pré-evento “Supreme Audit Institutions and Anti-Corruption Bodies Joining Forces to Counter Corruption”, destinado à discussão de formas de colaboração entre Instituições Superiores de Controle e Organismos Anti-Corrupção na contenção da corrupção.

RELATO

A Conferência dos Estados Partes (COSP) é o principal órgão de formulação de políticas da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Apoia os Estados Partes e signatários na implementação da Convenção e fornece orientação política ao UNODC para desenvolver e implementar atividades anticorrupção.

Os auditores Hamilton Caputo e Flávia Ceccato, enquanto representantes do TCU, compuseram a delegação designada para representar o Brasil no evento, integrada também por representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, da Advocacia-Geral da União, do Departamento de Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União.

Como tal, participaram das sessões plenárias programadas para o período de 11 a 15 de dezembro, das sessões de apreciação de minutas de novas resoluções propostas por alguns dos estados parte, das sessões especiais destinadas à discussão de tópicos específicos na temática de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e de algumas das conversas bilaterais agendadas com o governo brasileiro.

Merecem destaque, a esse respeito, as ações indicadas a seguir:

- a) Intervenção realizada na sessão plenária que abordou o tópico da Prevenção à Corrupção, em conjunto com representante da Controladoria-Geral da União, na qual foi ressaltado o papel desempenhado pelo TCU e as demais entidades de fiscalização superior na prevenção e combate à corrupção, objeto de reconhecimento em recentes reuniões do Grupo de Trabalho de Prevenção à Corrupção, do UNODC;
- b) Apresentação realizada na sessão que tratou do tema “New Technologies and Public Funds Integrity”, com foco em como o TCU faz uso de recursos tecnológicos e da inovação para promover a transparência, a responsabilidade e a integridade na aplicação de recursos públicos, na qual foram mencionadas algumas das ferramentas desenvolvidas para análise de riscos de contratações, as sistemáticas de auditorias contínuas nas áreas de pessoal e de educação, e várias ações de prevenção à corrupção e de fomento à transparência;
- c) Participação em sessões de apreciação de novas resoluções propostas pelo Brasil e pela França, denominadas “Resolution on Incentives for the Private Sector to Adopt Integrity Measures to Prevent and Combat Corruption” e “Resolution on Promoting integrity in public procurement in support of the Sustainable Development Agenda”, respectivamente; e
- d) Participação nas conversas bilaterais com representantes dos Emirados Árabes Unidos e de El Salvador.

Ambos os auditores participaram, também, do pré-evento “Supreme Audit Institutions and Anti-Corruption Bodies Joining Forces to Counter Corruption”.

Referido evento tratou do quadro geral do Programa da Declaração de Abu Dhabi (Abu Dhabi Declaration Programme – ADDP), refletindo sobre a implementação das resoluções 8/13 (Declaração de Abu Dhabi sobre o reforço da colaboração entre as instituições superiores de controle e os órgãos anticorrupção para prevenir e combater a corrupção de forma mais eficaz) e 9/3 (Seguimento da declaração de Abu Dhabi sobre o reforço da colaboração entre as instituições superiores de controle e os organismos anticorrupção para prevenir e combater a corrupção de uma forma mais efetiva e, bem assim, promover a melhor utilização das tecnologias de informação e comunicação), e centrando-se nos sucessos e realizações do Programa desde o seu início em 2021.

Como tal, o evento proporcionou um fórum para explorar maneiras de melhorar o papel das instituições superiores de auditoria na prevenção e combate à corrupção, possibilitando que os especialistas convidados identificassem caminhos para ações colaborativas eficazes.

Tivemos a oportunidade de participar, como apresentador, do “Painel III - Strategy for change: How to enhance institutional collaboration between SAIs and ACBs”, no qual foi solicitado aos painelistas que focassem em modelos e ações operacionais existentes, ou potenciais, que facilitassem a colaboração mais forte entre as autoridades envolvidas com o combate à corrupção.

Na apresentação realizada, procuramos mencionar ações concretas que têm possibilitado uma maior colaboração com órgãos parceiros de controle.

Inicialmente, após destacarmos que o TCU tem feito crescente uso de ferramentas avançadas de análise de dados e de inteligência artificial para promover a transparência e aprimorar a efetividade de seus procedimentos de auditoria, com menção ao LabContas, ao Painel de Transferências da União e aos sistemas Alice, Marina e SAO, ressaltamos que o Tribunal tem interagido com outros órgãos de controle para compartilhar os sistemas desenvolvidos e identificar boas práticas levadas a efeito, citando com exemplo as iniciativas visando à incorporação de algoritmos e funcionalidades de ferramentas como os sistemas Faro e Primus, da CGU, do sistema Ajunta, do TCE/PB e do sistema Cérebro, do CADE.

Na sequência, fizemos referência à realização de auditorias contínuas, em especial as realizadas com foco na folha de pagamentos de servidores ativos, inativos e pensionistas e no pagamento de benefícios sociais. No caso da primeira, destacamos o estímulo ao fortalecimento da primeira linha de defesa, mediante o envolvimento das unidades responsáveis pelos pagamentos na investigação dos fatos e na eventual cessação de irregularidades constatadas. Já no caso da segunda, ressaltamos o fato de se tratar de trabalho realizado em conjunto com as Cortes de Contas dos 26 estados da federação.

Por fim, fizemos alusão a ações e trabalhos realizados em parceria com outros órgãos de controle, nas temáticas de prevenção e de combate à corrupção, citando como exemplos a participação na ENCCLA, a Auditoria Operacional para avaliar a suscetibilidade à corrupção das organizações públicas do Mato Grosso do Sul e as Operações conjuntas Tritão e Nacar 19.

Releva frisar que a participação nos eventos em epígrafe proporcionou a possibilidade de interação com representantes de diversos países e organizações, e a consequente identificação de oportunidades de maior interação, de conhecimento mais aprofundado de boas práticas em andamento e de realização de futuras ações em parceria, cumprindo mencionar as que se seguem:

- a) Tratativas com a Sra. Toni Gillich, Assistant Director do Forensic Audits and Investigative Service, do U.S. Government Accountability Office (GAO), visando à marcação de reunião de trabalho que permita o maior conhecimento das ações desempenhadas pelo GAO na área de auditoria forense;
- b) Conversa com os Srs. Hamid Khalid e Steve Watkins, do Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA), com foco nas possibilidades de financiamento externo para as ações de capacitação propostas à Seinc Adjunta por aquela entidade;
- c) Conversa com o Sr. Nicolás Dassen, Senior Specialist do Inter-American Development Bank (IDB), com o objetivo de definir possíveis ações de parceria na área de fortalecimento da integridade de instituições públicas e de capacitação em avaliação de riscos de fraude e corrupção e em técnicas de investigação de atos de corrupção;
- d) Interação com o Sr. Freddy Yves Ndjemba, Senior Manager do SAI Governance Department, da INTOSAI Development Initiative (IDI), com vistas ao possível suporte, por parte da IDI, a ações de capacitação em prevenção e combate à corrupção de auditores do TCU e de outras entidades de fiscalização superior da OLACEFS;
- e) Conversa com o representante da Arábia Saudita responsável pela elaboração da proposta de resolução denominada “Methodologies and Indicators for Measuring Corruption and the Effectiveness of Anti-Corruption Frameworks”, com a sinalização da intenção do TCU de participar do processo de construção das metodologias e indicadores de medição de corrupção;
- f) Tratativas com a Sra. Aina Arutyunova, Programme Manager do Global Project Anti-Corruption for Peaceful and Inclusive Societies, do United Nations Development

Programme, visando à possível participação do TCU no processo de construção das metodologias e indicadores de medição de corrupção, previsto na Resolução proposta pela Arábia Saudita; e

- g) Conversa com o Sr. Giancarlo Di Lecce, Counselor of Audit Chamber for European and International Affairs, da Corte dei Conti da Itália, acerca da possível participação das Entidades de Fiscalização Superior nas ações a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Anti-Corrupção, do G20, no ano de 2024.

Foi possível, também, promover um maior alinhamento de ações com a Sra. Secretária de Integridade Pública da CGU e obter, junto à Sra. Chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da mesma entidade, informações mais detalhadas sobre o plano de ação do Grupo de Trabalho Anti-Corrupção, do G20, com destaque para a intenção da SAI da França de promover um evento paralelo destinado à discussão do papel e da contribuição das Instituições Superiores de Auditoria na prevenção e combate à corrupção, por ocasião da reunião do referido grupo de trabalho prevista para o mês de junho de 2024.

Tratamos, ainda, com o Sr. Marcelo Della Nina, do Ministério das Relações Exteriores, sobre a necessidade de envolvimento do TCU em futuras reuniões do Grupo de Trabalho de Prevenção à Corrupção, do UNODC, que, a exemplo do verificado nos anos de 2022 e 2023, venham a abordar o papel das instituições superiores de auditoria na prevenção e combate à corrupção.

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Cumprido dar prosseguimento às iniciativas de aproximação, compartilhamento de boas práticas e realização de ações em parceria mencionadas acima, adotando-se, em especial, os seguintes procedimentos:

- a) Marcação de reunião com a Sra. Sra. Toni Gillich, do GAO, objetivando o conhecimento mais detalhado das ações desempenhadas pelo GAO na área de auditoria forense;
- b) Marcação de reunião com os Srs. Hamid Khalid e Steve Watkins, do CIPFA, para início das tratativas com a entidade por eles mencionada como possível financiadora das ações de capacitação propostas à Seinc Adjunta por aquela entidade;
- c) Marcação de reunião com o Sr. Nicolás Dassen e o seu chefe, o Sr. Mariano Lafuente, ambos do BID, com o objetivo de definir possíveis ações de parceria na área de fortalecimento da integridade de instituições públicas e de capacitação em avaliação de riscos de fraude e corrupção e em técnicas de investigação de atos de corrupção;
- d) Envio de e-mail ao Sr. Freddy Ndjemba, do IDI, retratando as ações em curso da Seinc Adjunta e as correspondentes necessidades de capacitação, com vistas ao possível suporte por parte da mencionada instituição;
- e) Marcação de reunião com a Sra. Aida Arutyunova, do UNDP, visando a um alinhamento inicial quanto à possível participação do TCU no processo de construção das metodologias e indicadores de medição de corrupção, previsto na Resolução proposta pela Arábia Saudita;
- f) Envio de e-mail para a Sra. Dominique Dujols, da SAI França, e o Sr. Giancarlo Di Lecce, da SAI Itália, para alinhamento quanto à possível participação das Entidades de Fiscalização Superior nas ações a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Anti-Corrupção, do G20, no ano de 2024.

Cumpra, também, realizar gestões junto à Controladoria-Geral da União visando definir sobre a participação, ou não, do TCU nas ações do Grupo de Trabalho Anti-Corrupção, do G-20.

Em todos esses casos, as ações a serem implementadas têm o potencial de incrementar significativamente o trabalho realizado pelo TCU na área de prevenção e combate à corrupção.